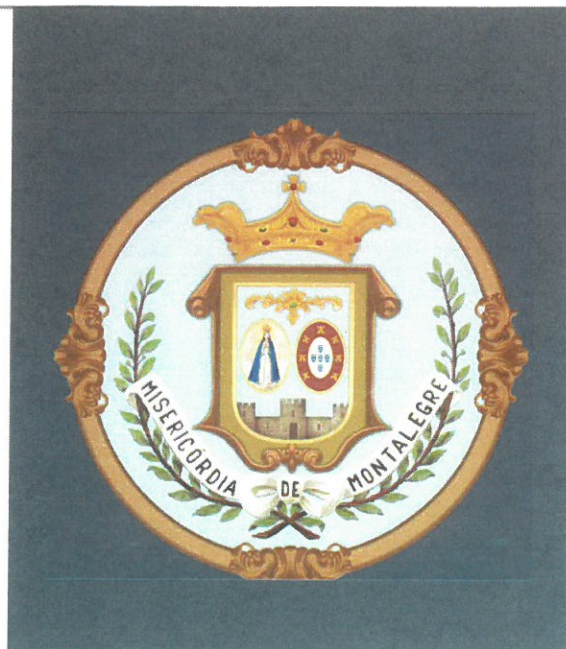


Paulo Barros



Relatório de Atividades e contas 2021

Santa Casa da Misericórdia de
Montalegre



Conteúdo

1. INSTITUIÇÃO	2
CARTÃO EMPRESA	3
IPSS – UTILIDADE PÚBLICA	4
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO	6
QUADRO DE PESSOAL	7
ÓRGÃO SOCIAIS – 2020/2023	8
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	9
RECURSOS HUMANOS	10
ERPI	11
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	11
CRECHE	12
SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	12
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados	12
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2021	14
3. CONTAS 2021	15
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	51
PARECER DO CONSELHO FISCAL	52
CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS	54
APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2021	55



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Paulo Barros

1. INSTITUIÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre foi constituída entre 1693 e 1715. Funcionou ao longo dos anos na Igreja da Misericórdia, que dispunha adicionalmente de três divisões onde se realizavam as sessões.

No séc. XIX teve forte ação e, em 1918, perante os malefícios da guerra, voltou a desenvolver importante trabalho assistencial. Em 1982 é como que “refundada” pelo Padre José Alves e é a partir daí que nascem as valências do Lar, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário e mais recentemente a Unidade de Cuidados Continuados.

A Misericórdia é uma IPSS e hoje, fruto dos acordos com o Instituto de Segurança Social e do apoio do Município, presta apoio a mais de 200 pessoas e tem mais de 95 trabalhadores.

Objetivos:

São objetivos da Instituição os estipulados no Artigo 3º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre:

Handwritten signature: Rui Barroso

CARTÃO EMPRESA





IPSS – UTILIDADE PÚBLICA


 MINISTÉRIO DA TERRA E DO AGRICULTURA
 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESQUISA
DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesial competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, e fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

NIF – 501 745 963

Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real

Fins - Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social. Isto é, desde que

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Endereço: Rua do Boticário, 1255-144 LISBOA Tel: 211 951 950 Voip: 021 502 Fax: 211 951 952 dgs@sgs.sccp.pt

http://www.sgs.sccp.pt/dgs DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

MISERICÓRDIA

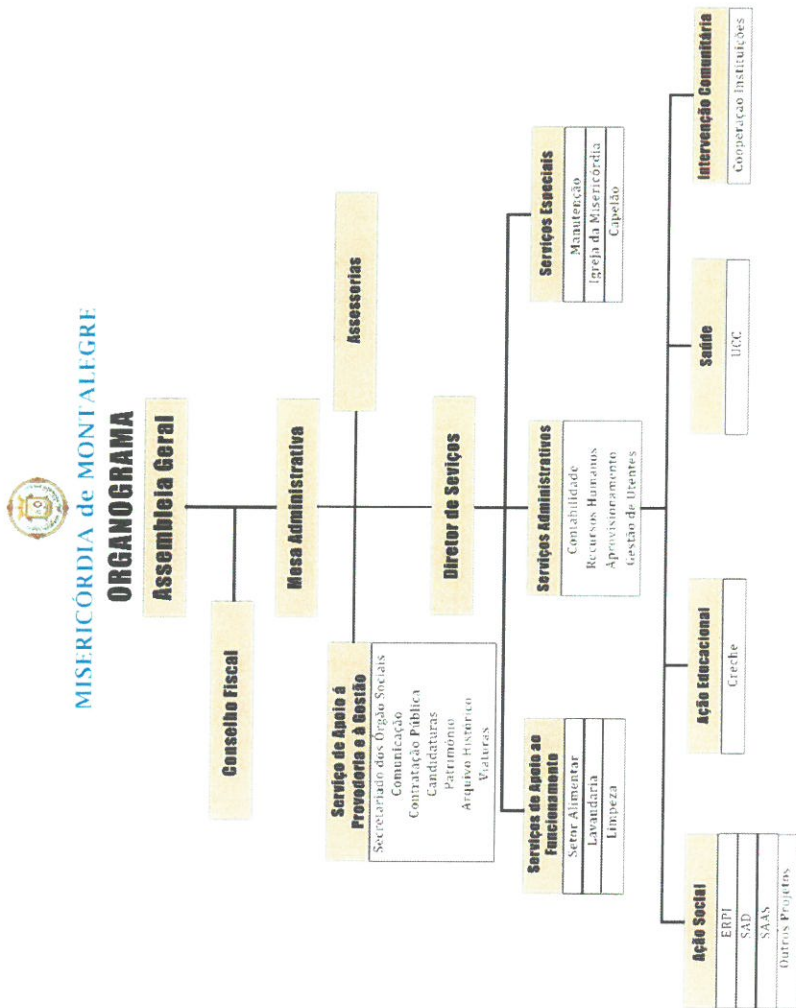
Direção-Geral da Segurança Social, em

Peio Diretor-Geral

Rui Santos
(Chefe de Divisão)

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO



Handwritten signature and date: 6 de Maio 2021

Handwritten signatures and initials:
 1. Top right: "M. Montalegre"
 2. Middle right: "A. Silva"
 3. Bottom right: "J. Pereira"

QUADRO DE PESSOAL

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social				
	Quadro	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	UCC	CRECHE	SAAS
Diretor de Serviços da MISERICÓRDIA	0	1	0	0,55	0,05	0,20	0,15	0,05
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,50	0	0,50	0	0
Assistente Administrativo	0	2	1	0,90	0,05	0	0,05	0
Diretor Técnico ERPI/SAD (Técnico Superior Serviço Social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Educador Social	1	1	1	1	0	0	0	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	1	1	0	1	0	0
Ajudante de lar e Centro de dia	14	18	16	15	0	1	0	0
Ajudante de cozinha	7	6	4	3	0,75	0,25	0	0
Cozinheiro	3	4	4	2	0,30	0,70	1	0
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Trabalhador serviços gerais	4	16	27	15	0	13	1	0
Ajudante familiar/ domiciliário	2	3	2	0	2	0	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	16	16,50	2	0	14,50	0	0
Médico (inclui fisiatra)	2	3	3	0	0	3	0	0
Psicólogo	1	1	1	0	0	1	0	0
Fisioterapeuta	2	2	1,50	0	0	1,50	0	0
Técnico Superior Serviço Social	2,50	2,50	2,50	0	0	1,50	0	1
Terapeuta da Fala	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0	0
Animador Sociocultural	1,50	1,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Nutricionista	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	1	0	0	1	0	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0,30	0	0
Auxiliar ação médica	12	12	3	0	0	3	0	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0,50	0	0	0,50	0	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico - CRECHE)	2	2	2	0	0	0	2	0
Ajudante de ação educativa	4	4	4	0	0	0	4	0
Coordenadora SAAS	0,50	0,50	0,50	0	0	0	0	0,50
Outro	1	1	1	0	0	0	0	1
Total			98,7	43,82	3,28	44,85	8,2	2,55



ÓRGÃO SOCIAIS – 2020/2023

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	N.º Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	N.º Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	1ª Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	2º Suplente	287

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	N.º Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	1º Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	2º Suplente	415
Jorge Manuel Gonçalves Nogueira	3ª Suplente	435



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Fernando Rodrigues
Provedor
Cláudio
Rafael Barroso

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exmos. Irmãos,

Passado o segundo ano da pandemia que afetou as pessoas, as instituições, a economia e a sociedade em geral e que condicionou as atividades e o funcionamento da Misericórdia, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência com todos os documentos elaborados pela empresa de contabilidade e pelo Revisor Oficial de Contas.

Apresentamos desde já os documentos essenciais da Instituição, o Organograma, o Mapa de Pessoal geral e a listagem dos Órgãos Sociais.

Numa prática de continuidade o Plano de 2021 reforçava os objetivos anteriores de consolidação tendo em conta a satisfação de uma boa e rigorosa funcionalidade em termos de recursos humanos, serviços, ações e enquadramento financeiro. E salienta-se a aposta na formação na qualidade dos serviços e na sua melhor prestação dos cuidados aos utentes.

O Plano referia uma série de iniciativas recorrentes e outras novas, sendo condicionado à realidade que durante o ano se verificasse.

Cumpru-se globalmente o planeamento das ações e levamos a cabo muitas obras de manutenção e conservação.

Mas a nossa principal ação estava focada na larga beneficiação das instalações, com muitos anos e degradadas, mas não conseguimos levar a cabo as realizações previstas. Apresentamos uma candidatura ao PARES para remodelação interior do lar e temos informação de aprovação.

As contas apresentam saldo, mas persistem questões estruturais de financiamento que se agravaram com os custos da pandemia. E, sendo hoje esses custos mais suportáveis, confrontamo-nos com o aumento brutal do preço da energia e particularmente do gás natural (aquecimento) que, tendo sido uma medida de alívio na altura, se está a tornar num drama insuportável pelos preços e pela duração desta crise.

Com exigências técnicas cada vez maiores por parte das entidades da tutela, somos enfraquecidos financeiramente porque cumprimos normas que obrigam a um esforço suplementar e crescente sem que haja a indispensável contrapartida, o que leva as IPSS a degradarem as suas instalações, para além de praticarem salários mais baixos que no Estado.

E é neste quadro difícil que trabalhamos mas que, mesmo assim, vamos superando com trabalho positivo de todos.

Montalegre, março de 2022

O Provedor

Fernando Rodrigues



RECURSOS HUMANOS

A Misericórdia é hoje responsável por 108 postos de trabalho, com uma grande variedade de categorias e qualificações.

Para além de toda a complexidade nesta área, a nossa ação obriga ainda a trabalho em três turnos, manhã, tarde e noite, incluindo fins-de-semana e feriados, o que torna muito difícil o enquadramento desta exigência e das normas legais, para além de dificuldades de conciliar interesses legítimos da vida pessoal e familiar e o trabalho.

Sabemos que é assim, mas fazemos tudo para encontrar sempre as melhores soluções para além do respeito pelos direitos e normas estabelecidas por lei.

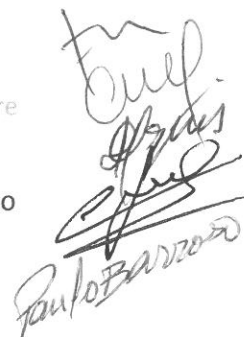
O aumento do salário mínimo, que devemos reconhecer, trás dificuldades porque não há o justo aumento da comparticipação do Estado à Misericórdia. Há seis anos era de 500,00 € e hoje é de 705,00 €. Uma grande melhoria mas que nos causa dois problemas: primeiro porque a Misericórdia não teve contrapartidas no financiamento para suportar este aumento; e em segundo porque o aumento apenas para este setor deixa desconforto nos quadros com mais anos que vê o seu salário ser absorvido por este aumento.

Mesmo não havendo aumentos legais de outra forma, a Misericórdia levou a cabo algumas correções salariais criando uma grelha própria que coloca todos os funcionários acima da grelha salarial da União da Misericórdias.

E quando se fala de valor líquido que o trabalhador auferir é efetivamente pouco, mas o valor bruto, que a Misericórdia assume, representa perto do dobro dessa importância. Veja-se que só em despesas de pessoal contabilizou-se o valor de 1.642.193,08 €, mais 125.000,00 € que no ano anterior.

Cumprimos para além da lei com a formação dos trabalhadores. A Misericórdia tem vindo a praticar ainda regalias laborais para além da lei:

- A refeição (almoço ou jantar) é na Instituição e esse período conta como tempo no horário de trabalho (30 minutos);
- Para o pequeno-almoço, que a Misericórdia assume, há 15 minutos que também contam como horário de trabalho. E o mesmo acontece com o lanche.
- O trabalhador tem direito a uma hora de descanso no período de trabalho diário, mas por conta do trabalhador. Nós acordamos, como a lei admite, apenas meia hora, mas por conta da entidade patronal.
- Os feriados são pagos com acréscimo de 100% em vez de 50% determinados por lei.
- A tarde de 24 de dezembro é paga com acréscimo de 100% apesar de se tratar de horário normal.
- O dia da festa do Senhor da Piedade é pago com acréscimo de 100% apesar de se tratar horário normal.



- Mantemos o prémio a cada trabalhador aposentado pelo período de serviço (cerca de 500,00€)

ERPI

Como nos anos anteriores, melhoramos o serviço e as instalações.

As atividades de animação representam um leque de iniciativas regulares importantes na ocupação e socialização dos utentes.

Nesta valência temos 2 encarregadas, 15 ajudantes de lar, 15 trabalhadores de serviços gerais e 2 enfermeiras, cumprindo por excesso o número exigido de trabalhadores.

Equipamentos

Gastamos mais de 65.000,00 € no seguinte equipamento:

- Mobiliário de escritório;
- Videovigilância;
- Ferro com caldeira;
- Atoalhados;
- Secador de roupa;
- Estores;
- Mobiliário de quartos;
- Aquecedores portáteis;
- Tv's;
- Tabuleiros.

Obras

Gastamos cerca de 60.000,00 € em pequenas obras.

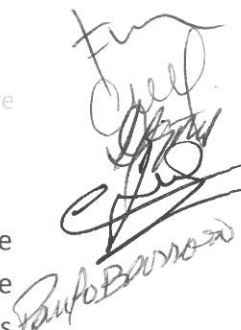
- Pinturas interiores;
- Casa mortuária;
- Substituição de janelas antigas;
- Muro vedação e passeio.

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário continua a diminuir e poderá extinguir-se por falta de procura. As exigências da Segurança Social crescem e criam problemas a esta resposta social apesar de ser de pequena dimensão na estrutura da Misericórdia.

Apesar das dificuldades continuamos a prestar o serviço da melhor forma e temos vindo a enquadrar as exigências.

Temos duas viaturas afetas a este serviço, duas funcionárias e uma que cobre as folgas, fins-de-semana, mais serviço de cozinha, para além da lavandaria, pois o SAD compreende alimentação, tratamento de roupa e limpeza de casa, podendo acrescentar outros serviços à parte.



CRECHE

A Creche continua a apresentar dificuldades, mas temos mantido uma média de crianças acima daquilo que se previa há 3-4 anos. Temos o problema da sustentabilidade porque pagando os utentes em função dos rendimentos, o que é justo, prejudica as instituições situadas numa zona como a nossa onde os rendimentos são metade da média nacional.

Não conseguimos realizar as obras previstas, pelo que se retardarão para 2022.

Fizemos investimento de mais de 4.000,00 € em material e 28.000,00 € em obras.

Obras e Equipamentos

- Material didático;
- Mobiliário;
- Impressora;
- Arranjo cobertura despensa;
- Outras pinturas;
- Parque infantil novo.

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Foi celebrado um acordo com a Segurança Social para continuar o serviço, prevendo-se que essa competência passe para os municípios.

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A exploração da UCC era problemática e com a pandemia as despesas agravaram-se e não houve compensação. Uma unidade igual a esta em Braga ou no Porto gasta menos 40.000,00 € de aquecimento por ano, e recebe o mesmo valor de financiamento. E este ano, se bem que diminuiu o gasto em EPI'S, cresceu de forma exorbitante o custo do gás para aquecimento.

E temos baixo financiamento e os utentes deixam dívidas difíceis de cobrar.

Temos um quadro de pessoal de 43 funcionários, na sua maioria técnicos, para 40 utentes.

E ainda nos confrontamos com os problemas das deficiências da obra.

Ainda não conseguimos fazer as obras de reparação das paredes e da tubagem de aquecimento que é da responsabilidade do empreiteiro. Depois de procedimentos de Consulta Prévia que ficaram desertos por subida dos preços, levamos a cabo procedimentos de Concurso Público, sem que isso fosse exigido, o que nos levou mais tempo.

Decorre ainda o processo em Tribunal em que a Norcep pede 400.000,00 € de trabalhos a mais contestados pela Misericórdia.



Paulo Barroso

Obras e Equipamentos

- Mobiliário;
- Mopas;
- Material informático;
- Máquina de café;
- Ar condicionado;
- Pintura edifício PT.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2021

MESA ADMINISTRATIVA

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Gestão de 2021** foram apresentados, discutidos e aprovados por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 17 de março de 2022, assim como a **Proposta de Aplicação de Resultados**, que mereceram PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, 17 de março de 2022

O Provedor

Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário

Alberto Armino do Braz Moura

O Tesoureiro

António Dias Henriques

O Vogal

Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

A presente **Conta de Gerência e Relatório de Contas de 2021, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal**, foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 31 de março de 2022.

O Presidente

José Gonçalves Justo

O Vice-Presidente

Paulo Jorge Baía Barros

O Secretário

Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes



Santa Casa da

Misericórdia de Montalegre

Paulo Barroso

3. CONTAS 2021

A seguir anexamos a Conta de Gerência, Relatório de Gestão, documentos contabilísticos relativamente à análise de gastos e rendimentos, balanço e demonstração de resultados e anexamos também a Proposta de Aplicação de Resultados com o Parecer do Conselho Fiscal.

Apesar de este ano não ter sido tão penalizador nesta área, perdemos dezenas de milhares de euros com a pandemia. Acresce este ano os avultados e anormais gastos pelo preço do gás para aquecimento.

Apesar disso as contas apresentam um saldo de 54.682,96 € que será impossível de manter nos próximos anos

De qualquer forma enfrentamos as dificuldades e não afundamos as contas da Misericórdia.

Para uma breve compreensão seguem as contas resumidamente.

- Receita: 2.993.283,09 €
- Despesa: 2.938.600,13 €
- Gastos com pessoal: 1.642.193,08 €
- Resultado líquido: 54.682,96 €
- Depreciações e amortizações: 225.450,83 €
- Passivo (empréstimo UCC): 1.205.344,45 €



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Paulo Barros

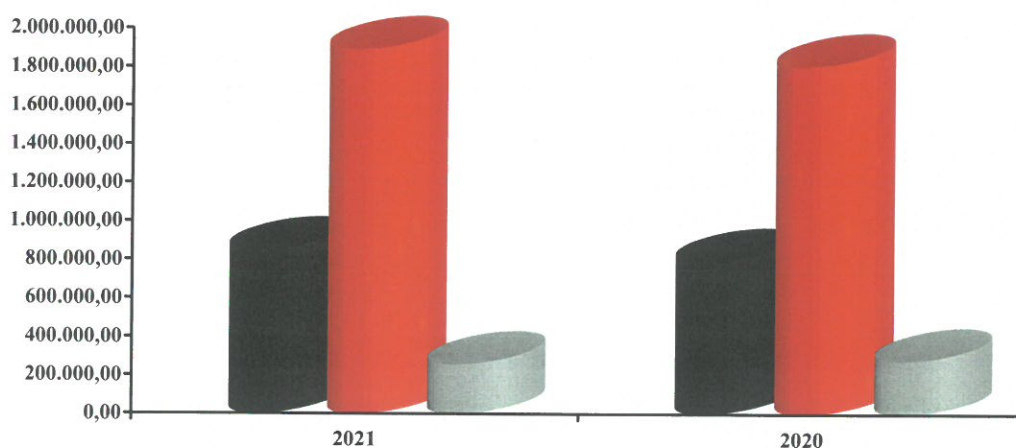
CONTAS DE GERÊNCIA 2021



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

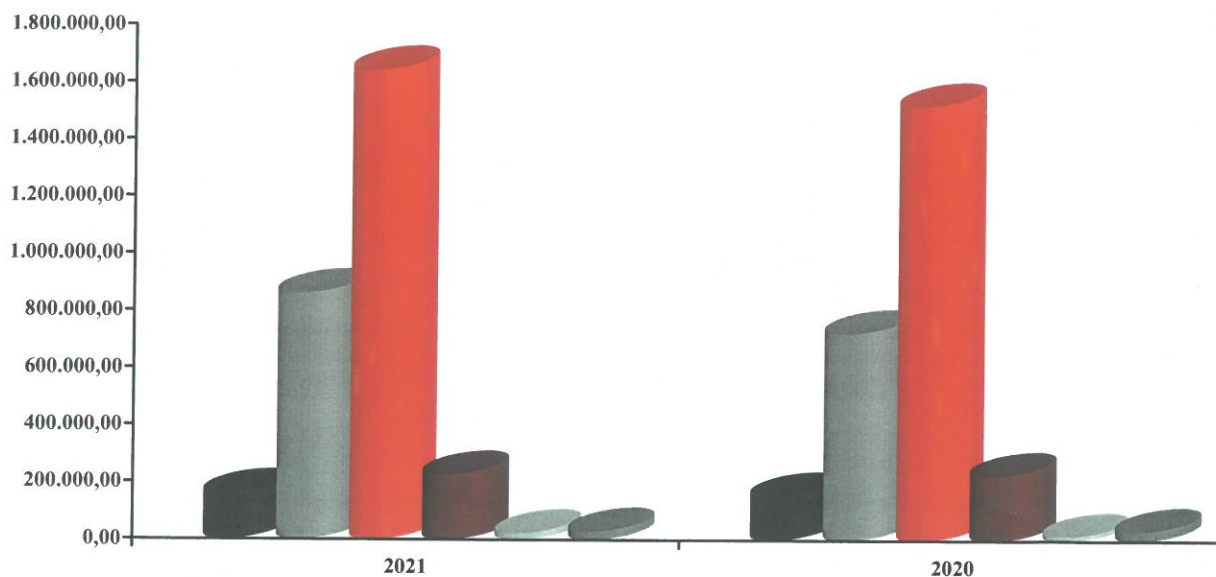
GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



■ Prestação de Serviços ■ Subsídios à Exploração ■ Outros Rendimentos

GASTOS



■ Custo Inv. Vend. Mat. Consumidas ■ Fornecimentos e Serviços
■ Gastos Com Pessoal ■ Depreciações e Amortizações
■ Outros Gastos ■ Gastos e Perdas Financiamento

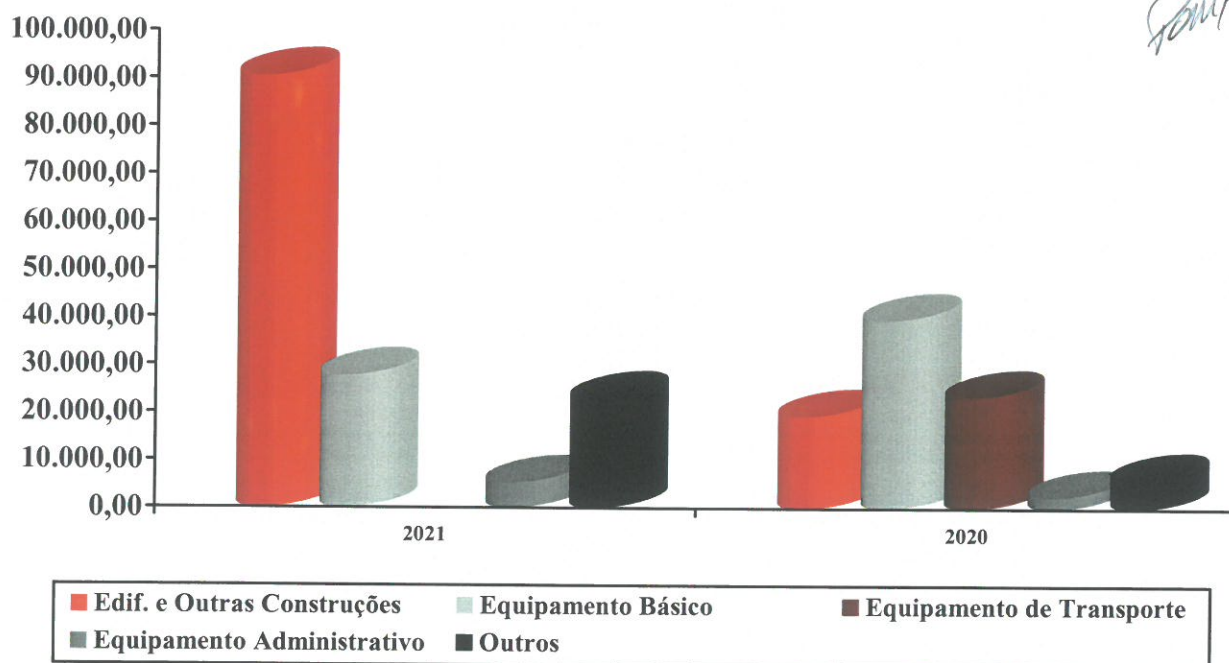
Paulo Barros



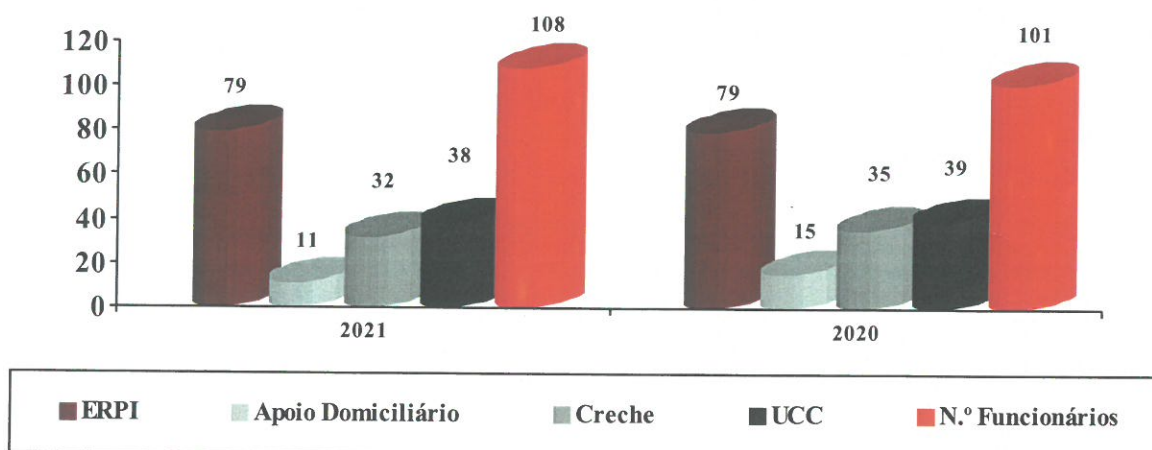
Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Handwritten signature and text:
L
Fim
Paulo Barro

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2021 (A)	2020 (B)	A - B	2021 (D)	A - D
72. Prestação de serviços					
- Infância e Juventude	35.611,05 €	38.231,98 €	-2.620,93 €	38.500,00 €	-2.888,95 €
- Creche	35.611,05 €	38.231,98 €	-2.620,93 €	38.500,00 €	-2.888,95 €
- Terceira Idade	634.121,12 €	591.773,40 €	42.347,72 €	635.800,00 €	-1.678,88 €
- ERPI	616.521,55 €	566.968,42 €	49.553,13 €	618.000,00 €	-1.478,45 €
- Apoio Domiciliário	17.599,57 €	24.804,98 €	-7.205,41 €	17.800,00 €	-200,43 €
- Unidade de cuidados continuados	167.279,12 €	148.437,79 €	18.841,33 €	167.000,00 €	279,12 €
- Quotizações e jóias	2.292,00 €	2.352,00 €	-60,00 €	2.500,00 €	-208,00 €
- Outras prestações de serviços	7.918,24 €	12.623,63 €	-4.705,39 €	8.000,00 €	-81,76 €
Total 72	847.221,53 €	793.418,80 €	53.802,73 €	851.800,00 €	-4.578,47 €
75. Subsídios à exploração					
- Infância e Juventude	143.456,79 €	132.659,28 €	10.797,51 €	140.500,00 €	2.956,79 €
- Creche	143.456,79 €	132.659,28 €	10.797,51 €	140.500,00 €	2.956,79 €
- Terceira Idade	473.919,20 €	459.341,89 €	14.577,31 €	471.200,00 €	2.719,20 €
- ERPI	427.914,80 €	404.404,44 €	23.510,36 €	426.500,00 €	1.414,80 €
- Apoio Domiciliário	46.004,40 €	54.937,45 €	-8.933,05 €	44.700,00 €	1.304,40 €
- Serviço de Atend. Acomp. Social	70.649,40 €		70.649,40 €	70.600,00 €	49,40 €
- Unidade de cuidados continuados	873.975,71 €	880.322,84 €	-6.347,13 €	882.000,00 €	-8.024,29 €
- IEFEP	57.290,71 €	19.126,68 €	38.164,03 €	38.000,00 €	19.290,71 €
- POISE - RLIS		16.185,12 €	-16.185,12 €		
- Compensação RMMG	1.605,50 €		1.605,50 €		1.605,50 €
- Segurança Social - Layoff		643,50 €	-643,50 €		
- Segurança Social - Adaptar Social +	3.040,00 €	7.906,35 €	-4.866,35 €		3.040,00 €
- Autarquias	266.000,00 €	290.000,00 €	-24.000,00 €	266.000,00 €	
Total 75	1.889.937,31 €	1.806.185,66 €	83.751,65 €	1.868.300,00 €	21.637,31 €
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor	821,42 €	0,55 €	820,87 €		821,42 €
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Participação de energia	789,33 €	1.240,60 €	-451,27 €	800,00 €	10,67 €
- Descontos de p. pagamento obtidos	87,52 €	53,38 €	34,14 €	100,00 €	-12,48 €
- Transporte de utentes	3.299,50 €		3.299,50 €		3.299,50 €
- Imputação de subs. para investimentos	87.151,44 €	87.151,44 €		87.000,00 €	151,44 €
- Benefícios pen. contratuais	1.356,36 €	57,50 €	1.298,86 €	1.300,00 €	56,36 €
- Donativos	3.460,59 €	4.403,45 €	-942,86 €	3.500,00 €	-39,41 €
- Correções rel. períodos anteriores	50.365,72 €	80.734,60 €	-30.368,88 €	4.300,00 €	46.065,72 €
- Subsídio de refeição em espécie	88.390,74 €	84.808,08 €	3.582,66 €	93.300,00 €	-4.909,26 €
- Fraldas (ERPI)	20.343,43 €	16.549,09 €	3.794,34 €	21.000,00 €	-656,57 €
- Outros não especificados	58,20 €	733,29 €	-675,09 €	2.810,00 €	-2.751,80 €
Total 78	255.302,83 €	275.731,43 €	-20.428,60 €	214.110,00 €	41.192,83 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	2.993.283,09 €	2.875.336,44 €	117.946,65 €	2.934.210,00 €	59.073,09 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	54.682,96 €	208.713,95 €	-154.030,99 €	64.350,00 €	-9.667,04 €
--	--------------------	---------------------	----------------------	--------------------	--------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2021	2020
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche	32	35
ATL		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI	79	79
Apoio Domiciliário	11	15
Unidade Cuidados Continuados	38	39

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2021	108
2020	101

Investimentos		
	2021	2020
Edifícios	90.421,73 €	19.310,42 €
Equipamento Básico	27.645,30 €	39.444,28 €
Equipamento Administrativo	5.260,12 €	2.437,30 €
Equipamento Transporte	22.878,37 €	23.300,00 €
Outros		6.077,64 €
Total	146.205,52 €	90.569,64 €

A Mesa Administrativa

Francisco Barroso

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC nº 39242



**Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre**

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2021 (A)	2020 (B)	A - B	2021 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	27.777,90 €	23.520,42 €	4.257,48 €	27.000,00 €	777,90 €
- Medicamentos e consumíveis	131.540,84 €	129.448,76 €	2.092,08 €	140.500,00 €	-8.959,16 €
Total 61	159.318,74 €	152.969,18 €	6.349,56 €	167.500,00 €	-8.181,26 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	212.875,77 €	210.280,44 €	2.595,33 €	210.200,00 €	2.675,77 €
- Trabalhos especializados	209.265,35 €	144.903,31 €	64.362,04 €	198.400,00 €	10.865,35 €
- Publicidade e propaganda	610,77 €	1.235,29 €	-624,52 €	1.200,00 €	-589,23 €
- Vigilância e segurança	6.896,15 €	5.964,69 €	931,46 €	6.000,00 €	896,15 €
- Honorários	5.341,00 €	15.009,00 €	-9.668,00 €	4.600,00 €	741,00 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	46.454,69 €	51.996,76 €	-5.542,07 €	56.300,00 €	-9.845,31 €
- Serviços bancários	499,68 €	120,10 €	379,58 €	500,00 €	-0,32 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, et	18,43 €	40,00 €	-21,57 €	40,00 €	-21,57 €
- Ferramentas e utensílios	7.912,53 €	20.653,17 €	-12.740,64 €	13.000,00 €	-5.087,47 €
- Material de escritório	6.320,77 €	7.219,57 €	-898,80 €	7.300,00 €	-979,23 €
- Artigos p/ oferta	45,29 €	18,00 €	27,29 €	100,00 €	-54,71 €
- Material didático	401,41 €	475,61 €	-74,20 €	500,00 €	-98,59 €
- Rouparia	27.540,65 €	22.591,88 €	4.948,77 €	22.000,00 €	5.540,65 €
- Encargos com utentes	137,15 €	286,76 €	-149,61 €	200,00 €	-62,85 €
- Eletricidade	78.982,59 €	64.208,65 €	14.773,94 €	66.000,00 €	12.982,59 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	189.039,77 €	120.550,90 €	68.488,87 €	136.200,00 €	52.839,77 €
- Água	9.223,07 €	2.363,30 €	6.859,77 €	10.000,00 €	-776,93 €
- Ar medicinal	10.979,15 €	15.871,22 €	-4.892,07 €	16.000,00 €	-5.020,85 €
- Deslocações e estadas	3.693,80 €	2.594,04 €	1.099,76 €	5.300,00 €	-1.606,20 €
- Rendas e alugueres	944,13 €	1.506,37 €	-562,24 €	1.000,00 €	-55,87 €
- Comunicação	9.966,63 €	9.257,79 €	708,84 €	9.350,00 €	616,63 €
- Seguros	7.144,36 €	7.450,81 €	-306,45 €	7.500,00 €	-355,64 €
- Contencioso e notariado	15,00 €	1.727,00 €	-1.712,00 €		15,00 €
- Despesas de representação	607,99 €	794,00 €	-186,01 €		607,99 €
- Limpeza, higiene e conforto	24.858,68 €	15.657,68 €	9.201,00 €	33.500,00 €	-8.641,32 €
Total 62	859.774,81 €	722.776,34 €	136.998,47 €	805.190,00 €	54.584,81 €
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	1.363.902,60 €	1.247.068,89 €	116.833,71 €	1.348.300,00 €	15.602,60 €
- Encargos com segurança social	248.622,21 €	230.611,31 €	18.010,90 €	250.000,00 €	-1.377,79 €
- Seguros de acidentes no trabalho	19.487,59 €	16.606,09 €	2.881,50 €	18.500,00 €	987,59 €
- Outros gastos com pessoal	10.180,68 €	24.471,17 €	-14.290,49 €	9.600,00 €	580,68 €
Total 63	1.642.193,08 €	1.518.757,46 €	123.435,62 €	1.626.400,00 €	15.793,08 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	225.450,83 €	224.967,36 €	483,47 €	224.000,00 €	1.450,83 €
66. Perdas por redução de justo valor		194,64 €	-194,64 €	200,00 €	-200,00 €
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	9.413,35 €	802,17 €	8.611,18 €	4.650,00 €	4.763,35 €
- Dívidas incobráveis	1.097,33 €		1.097,33 €		1.097,33 €
- Correções rel. períodos anteriores	10.010,55 €	11.408,69 €	-1.398,14 €	10.000,00 €	10,55 €
- Quotizações	1.980,00 €	2.600,00 €	-620,00 €	2.600,00 €	-620,00 €
- Multas	21,92 €	2,22 €	19,70 €	20,00 €	1,92 €
- Outros não especificados	61,83 €	62,13 €	-0,30 €		61,83 €
Total 68	22.584,98 €	14.875,21 €	7.709,77 €	17.270,00 €	5.314,98 €
69. Gastos e perdas de financiamento	29.277,69 €	32.082,30 €	-2.804,61 €	29.300,00 €	-22,31 €
Total Gastos	2.938.600,13 €	2.666.622,49 €	271.977,64 €	2.869.860,00 €	68.740,13 €

A Mesa Administrativa

Paulo Barroso

O Contabilista Certificado

Luis Leite
Luis Leite
CC nº 39242



EUR

Balanço Individual em 31-12-2021

RUBRICAS		NOTAS	Data	
			31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	5.004.880,71	5.041.580,32	
Ativos intangíveis	5	7.653,56	19.214,42	
Investimentos financeiros	6	17.588,44	12.127,28	
		5.030.122,71	5.072.922,02	
Ativo corrente				
Inventários	7.1	64.310,33	66.290,42	
Créditos a receber	13.2; 13.5	104.256,33	148.800,16	
Estado e outros entes públicos	13.3	16.586,06	5.084,34	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	13.2	3.710,50	2.596,00	
Diferimentos	13.6	9.330,38	9.343,86	
Outros ativos correntes	13.2; 13.4; 13.5	79.839,81	111.048,68	
Caixa e depósitos bancários	13.1	507.254,07	515.134,17	
		785.287,48	858.297,63	
Total do ativo		5.815.410,19	5.931.219,65	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	10.2	240.804,23	240.804,23	
Resultados transitados	10.2	1.227.337,88	1.018.623,93	
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	10.2	2.604.727,62	2.691.879,06	
		4.072.869,73	3.951.307,22	
Resultado líquido do período		54.682,96	208.713,95	
Total do Fundo Patrimonial		4.127.552,69	4.160.021,17	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	10.1	1.205.344,45	1.340.096,88	
		1.205.344,45	1.340.096,88	
Passivo corrente				
Fornecedores	13.2; 13.4	21.281,56	48.678,74	
Estado e outros entes públicos	13.3	62.491,11	38.122,82	
Financiamentos obtidos	10.1	134.933,29	132.116,82	
Diferimentos	13.6	387,00	12.952,42	
Outros passivos correntes	13.2; 13.4; 13.5	263.420,09	199.230,80	
		482.513,05	431.101,60	
Total do passivo		1.687.857,50	1.771.198,48	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.815.410,19	5.931.219,65	

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]
Paulo Barroso

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
CC n.º 39242



EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	847.221,53	793.418,80
Subsídios, doações e legados à exploração	9.1	1.889.937,31	1.806.185,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.1	-159.318,74	-152.969,18
Fornecimentos e serviços externos	13.7	-859.774,81	-722.776,34
Gastos com o pessoal	11.1	-1.642.193,08	-1.518.757,46
Aumentos/reduções de justo valor		821,42	-194,09
Outros rendimentos	9.1; 13.10	255.302,83	275.731,43
Outros gastos	13.8	-22.584,98	-14.875,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		309.411,48	465.763,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-225.450,83	-224.967,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		83.960,65	240.796,25
Juros e gastos similares suportados	13.9	-29.277,69	-32.082,30
Resultado antes de impostos		54.682,96	208.713,95
Resultado líquido do período		54.682,96	208.713,95

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]
Paulo Barroso

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
Luís Leite
CC n.º 39242

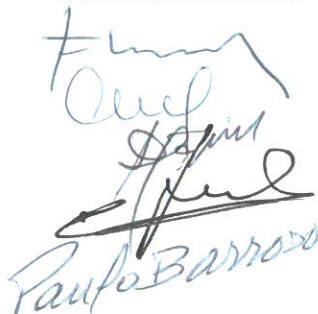


EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		874.654,56	814.265,16
Recebimentos de subvenções		1.679.534,72	1.436.695,83
Pagamentos a fornecedores		-1.065.922,92	-969.866,16
Pagamentos ao pessoal		-1.502.153,42	-1.399.972,29
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-13.887,06	-118.877,46
Outros Recebimentos/Pagamentos		4.866,57	12.264,83
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-9.020,49	-106.612,63
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-154.125,98	-65.338,45
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-154.125,98	-65.338,45
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.672,31	
Subsídios e doações		314.056,47	405.325,01
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-133.608,80	-128.187,28
Juros e gastos similares		-26.853,61	-30.842,81
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		155.266,37	246.294,92
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-7.880,10	74.343,84
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.1	515.134,17	440.790,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.1	507.254,07	515.134,17

A Mesa Administrativa


Paulo Barroso

O Contabilista Certificado


Luís Leite
C C n.º 39242



EUR

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2020								EUR
DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	10.2	240.804,23	781.414,68	2.779.030,50	237.209,25	4.038.458,66	4.038.458,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10.2		237.209,25	-87.151,44	-237.209,25	-87.151,44	-87.151,44
	2			237.209,25	-87.151,44	-237.209,25	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	10.2				208.713,95	208.713,95	208.713,95
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-28.495,30	121.562,51	121.562,51
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	10.2	240.804,23	1.018.623,93	2.691.879,06	208.713,95	4.160.021,17	4.160.021,17

EUR

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2021								EUR
DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	10.2	240.804,23	1.018.623,93	2.691.879,06	208.713,95	4.160.021,17	4.160.021,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10.2		208.713,95	-87.151,44	-208.713,95	-87.151,44	-87.151,44
	2			208.713,95	-87.151,44	-208.713,95	-87.151,44	-87.151,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	10.2				54.682,96	54.682,96	54.682,96
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-154.030,99	-32.468,48	-32.468,48
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	10.2	240.804,23	1.227.337,88	2.604.727,62	54.682,96	4.127.552,69	4.127.552,69

A Mesa Administrativa

Fernando
Cruz
Díaz
Cruz
Raulo Barrozo

O Contabilista Certificado


Luis Leite
CC n.º 39242

Luis Leite
CC n.º 39242



ANEXO
(Período 2021)

Paulo Barros

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and names like 'Paulo Barroso'.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'L' and 'F' and the name 'Paulo Barros'.

Apesar do cenário de ainda alguma incerteza sobre os efeitos futuros da situação pandémica da COVID-19 em Portugal e no resto do mundo, é convicção da Mesa Administrativa que não existirão efeitos negativos que coloquem em causa a continuidade das suas atividades, sendo apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.

As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Li
Fuy
Paulo Barros



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name Paulo Barroso.

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Handwritten notes and signatures:
✓
Jury
D. J. J.
Rancho B. B.



L.
J. J. J.
J. J. J.
J. J. J.
J. J. J.
J. J. J.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name Paulo Barro.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' at the top and several names below.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2022.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Terrenos e rec. Naturais	59.629,30			59.629,30			59.629,30
Edif. e outras construções	6.842.897,00	19.310,42		6.862.207,42	90.421,73		6.952.629,15
Equipamento básico	718.977,02	39.444,28		758.421,30	27.645,30		786.066,60
Equipamento de transporte	162.721,32	23.300,00		186.021,32			186.021,32
Equipamento administrativo	116.916,03	2.437,30		119.353,33	5.260,12		124.613,45
Out. ativos fixos tangíveis	175.959,73	6.077,64		182.037,37	22.878,37		204.915,74
AFT em curso	2.731,75			2.731,75	30.984,84		33.716,59
Sub-total	8.079.832,15	90.569,64		8.170.401,79	177.190,36		8.347.592,15
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	2.064.634,52	133.299,21		2.197.933,73	134.613,31		2.332.547,04
Equipamento básico	484.921,24	52.641,18		537.562,42	55.697,11		593.259,53
Equipamento de transporte	162.721,32	4.854,17		167.575,49	5.825,00		173.400,49
Equipamento administrativo	74.281,38	8.654,06		82.935,44	8.852,24		91.787,68
Out. ativos fixos tangíveis	134.492,19	8.322,20		142.814,39	8.902,31		151.716,70
Sub-total	2.921.050,65	207.770,82		3.128.821,47	213.889,97		3.342.711,44
Quantias líquidas escrituradas	5.158.781,50	-117.201,18		5.041.580,32	-36.699,61		5.004.880,71

5 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Paulo Barroso

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Projetos de desenvolvimento	185.993,92			185.993,92			185.993,92
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	1.660,50			1.660,50			1.660,50
Sub-total	195.442,60			195.442,60			195.442,60
Amortizações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Projetos de desenvolvimento	149.721,50	17.058,00		166.779,50	11.560,86		178.340,36
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	1.521,96	138,54		1.660,50			1.660,50
Sub-total	159.031,64	17.196,54		176.228,18	11.560,86		187.789,04
Quantias líquidas escrituradas	36.410,96	-17.196,54		19.214,42	-11.560,86		7.653,56

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Fundo Compensação Trabalho	8.124,21	5.020,50	1.549,96	11.594,75	6.378,45	917,29	17.055,91
FRSS	532,53			532,53			532,53
Total	8.656,74	5.020,50	1.549,96	12.127,28	6.378,45	917,29	17.588,44

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2021	2020
Mercadorias	18.007,77	20.186,82
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.302,56	46.103,60
Total	64.310,33	66.290,42

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2021			2020		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período	20.186,82	46.103,60	66.290,42	717,80	7.503,30	8.221,10
Compras	32.399,87	124.938,78	157.338,65	8.631,37	197.832,47	206.463,84
Regularizações				18.850,30	-14.275,64	4.574,66
Inventários no fim do período	18.007,77	46.302,56	64.310,33	20.186,82	46.103,60	66.290,42
CMVMC	34.578,92	124.739,82	159.318,74	8.012,65	144.956,53	152.969,18

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2021	2020
Prestação de serviços	847.221,53	793.418,80
Total	847.221,53	793.418,80

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período, encontrando-se incluídos na rubrica “Outros rendimentos”, na Demonstração de resultados por natureza.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	87.151,44	87.151,44



Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
CDSS - Acordos	893.694,48	877.701,39
CDSS - Adaptar Social +	3.040,00	7.906,35
CDSS - Medida Apoio à Família		643,50
CDSS - SAAS	70.649,40	
Administração Regional de Saúde	597.657,22	594.622,62
IEFP	57.290,71	19.126,68
POISE - RLIS		16.185,12
Autarquias	266.000,00	290.000,00
IAPMEI - Compensação Aum. RMMG	1.605,50	
Total	1.889.937,31	1.806.185,66

10 – Instrumentos financeiros

10.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2020				
CA Empréstimo n.º 56051116875	126.963,90	674.310,11	654.344,51	1.455.618,52
RCI Banke n.º 20650188001	5.152,92	11.442,26		16.595,18
Total	132.116,82	685.752,37	654.344,51	1.472.213,70
2021				
CA Empréstimo n.º 56051116875	129.526,59	656.825,17	542.302,86	1.328.654,62
RCI Banke n.º 20650188001	5.200,55	6.216,42		11.416,97
Cobertura de saldos negativos CGD	206,15			206,15
Total	134.933,29	663.041,59	542.302,86	1.340.277,74
Varição (2021-2020)	2.816,47	-22.710,78	-112.041,65	-131.935,96

10.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Fundos Líquidos	240.804,23			240.804,23			240.804,23
Resultados transitados	781.414,68	237.209,25		1.018.623,93	208.713,95		1.227.337,88
Outras variações no Fundo Patrimonial	2.779.030,50		-87.151,44	2.691.879,06		-87.151,44	2.604.727,62
Resultado Líquido	237.209,25	208.713,95	-237.209,25	208.713,95	54.682,96	-208.713,95	54.682,96
Total	4.038.458,66	445.923,20	-324.360,69	4.160.021,17	263.396,91	-295.865,39	4.127.552,69

11 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

11.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	85	7	6	86
Termo certo	10	16	12	14
Termo incerto	10	4	2	12
Total	105	27	20	112
Número médio				108

Handwritten signature and initials in blue ink.

Gastos com pessoal	2021	2020
Órgãos Sociais:	32.376,62	29.211,63
Remunerações	27.496,06	24.561,51
Encargos seg. social	4.880,56	4.650,12
Funcionários:	1.580.148,19	1.448.468,57
Remunerações	1.245.161,60	1.134.661,92
Sub. Alimentação	91.244,94	87.845,46
Encargos seg. social	243.741,65	225.961,19
Seguros	19.487,59	16.606,09
Outros	10.180,68	24.471,17
Total	1.642.193,08	1.518.757,46

11.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes, de acordo com a Ata da Mesa Administrativa n.º 1/2020 de 17 de janeiro de 2020.

A Assembleia Geral é composta por 3 membros, a Mesa Administrativa por 8 (5 efetivos e 3 suplentes) e o Conselho Fiscal por 6 (3 efetivos e 3 suplentes).

11.3 – Número médio de voluntários

Não existem

12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.



Handwritten signature and initials:
Paulo Barroso

12.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

12.3 – A 31 de dezembro de 2021 não existiam salários em dívida aos funcionários.

12.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2021, são de 5.904,00€.

13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2021	2020
Caixa	2.600,00	951,19
Depósitos à Ordem	504.654,07	514.182,98
Total	507.254,07	515.134,17

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

13.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2021			2020		
Créditos a receber	104.256,33		104.256,33	148.800,16		148.800,16
Imãos	3.710,50		3.710,50	2.596,00		2.596,00
Outros ativos correntes	79.839,81		79.839,81	111.048,68		111.048,68
Total	187.806,64		187.806,64	262.444,84		262.444,84
Passivos	2021			2020		
Fornecedores	21.281,56		21.281,56	48.678,74		48.678,74
Fornecedores de investimentos	1.430,00		1.430,00	1.430,00		1.430,00
Outras dívidas a pagar	261.990,09		261.990,09	197.800,80		197.800,80
Total	284.701,65		284.701,65	247.909,54		247.909,54

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

Paulo Banoro

13.3 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
Ativo		
EOEP - IVA	16.586,06	5.084,34
Total	16.586,06	5.084,34
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	12.597,89	8.728,61
EOEP - IVA	15.900,52	1.603,56
EOEP - Segurança Social	33.440,47	27.359,37
EOEP - Outros	552,23	431,28
Total	62.491,11	38.122,82

13.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
Ativo - Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	58.514,81	90.049,35
IEFP	16.828,57	14.462,59
Fornecedores saldo devedor	543,26	2.583,57
ISS - Adaptar Social +	3.953,17	3.953,17
Total	79.839,81	111.048,68
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar		82,01
Credores por acréscimos de gastos	261.859,19	197.718,79
Fornecedores de investimentos	1.430,00	1.430,00
Penhoras de venvimentos	130,90	
Total	263.420,09	199.230,80

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.



Handwritten signatures and notes:
L.
Fernando
Paulo Barros

13.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2021	2020
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	58.514,81	87.730,70
Consumíveis		2.318,65
Total	58.514,81	90.049,35
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	7.676,50	2.725,79
Férias e Sub. Férias a liquidar	206.101,60	182.474,36
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	48.081,09	12.518,64
Total	261.859,19	197.718,79

13.6 – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	8.876,91	9.343,86
Outros	453,47	
Total	9.330,38	9.343,86
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	387,00	12.952,42
Total	387,00	12.952,42

13.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2021	2020
Subcontratos	212.875,77	210.280,44
Trabalhos especializados	209.265,35	144.903,31
Publicidade e propaganda	610,77	1.235,29
Vigilância e segurança	6.896,15	5.964,69
Honorários	5.341,00	15.009,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	28.821,82	39.241,59
Conservação e reparação-eq. Básico	8.030,83	7.796,36
Conservação e reparação-eq. transporte	5.303,18	4.958,81
Conservação e reparação-eq. administrativo	4.298,86	
Serviços bancários	499,68	120,10
Ferramentas e utensílios	7.912,53	20.653,17
Material de escritório	6.320,77	7.219,57
Eletricidade	78.982,59	64.208,65
Combustíveis	189.039,77	120.550,90
Água	9.223,07	2.363,30
Deslocações e estadas	886,30	1.915,62
Rendas e alugueres	944,13	1.506,37
Comunicação	9.966,63	9.257,79
Seguros	7.144,36	7.450,81
Contencioso e notariado	15,00	1.727,00
Despesas de representação	607,99	794,00
Limpeza, higiene e conforto	24.858,68	15.657,68
Outros FSE	41.929,58	39.961,89
Total	859.774,81	722.776,34

*Fun
Biel
D. J. M.
J. M.
Paulo Barros*



Paulo Barroso

13.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
Taxas	9.413,35	802,17
Dividas incobráveis	1.097,33	
Correções de períodos anteriores	10.010,55	11.408,69
Quotizações	1.980,00	2.600,00
Multas e penalidades	21,92	2,22
Outros	61,83	62,13
Total	22.584,98	14.875,21

13.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2021	2020
Juros suportados	29.097,69	31.902,30
Despesas bancárias e comissões	180,00	180,00
Total	29.277,69	32.082,30

13.10 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Descontos pp obtidos	87,52	53,38
Correções de períodos anteriores	50.365,72	80.734,60
Imputação de Sub. Investimento	87.151,44	87.151,44
Comparticipação energia	789,33	1.240,60
Reposição do subsidio refeição em espécie	88.390,74	84.808,08
Aluguer da casa mortuária		75,00
Donativos	3.460,59	4.403,45
Fraldas	20.343,43	16.549,09
Outros	4.714,06	715,79
Total	255.302,83	275.731,43

Nota: Correções de períodos anteriores 2021, inclui o montante de 45.462,96€ relativo ao recebimento, em 2021, de apoios do SASS 05 a 12 de 2020.

13.11 – Acontecimentos após data de balanço

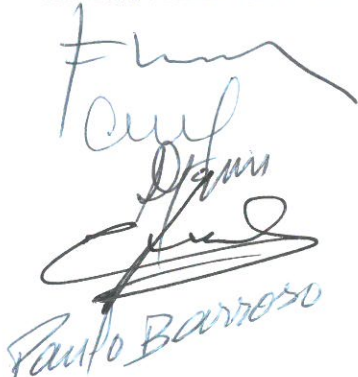
Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 54.682,96€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Montalegre, 11 de março de 2022

A Mesa Administrativa



Paulo Barroso

O Contabilista Certificado



Luís Leite

CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Paulo Barros

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Paulo Barros

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2021)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2021, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 54.682,96€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2021	2020	Incremento nas P. Serviços	
			Valor	%
Prestação de Serviços	847.221,53	793.418,80	53.802,73	6,78%
Volume de Negócios	847.221,53	793.418,80	53.802,73	6,78%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	159.318,74	152.969,18	6.349,56	4,15%
FSE	859.774,81	722.776,34	136.998,47	18,95%
Subcontratos	212.875,77	210.280,44	2.595,33	1,23%
Trabalhos Especializados	209.265,35	144.903,31	64.362,04	44,42%
Publicidade e Propaganda	610,77	1.235,29	-624,52	-50,56%
Honorários	5.341,00	15.009,00	-9.668,00	-64,41%
Conservação e Reparação	46.454,69	51.996,76	-5.542,07	-10,66%
Ferramentas e Utensílios	7.912,53	20.653,17	-12.740,64	-61,69%
Artigos para Oferta	45,29	18,00	27,29	151,61%
Eleticidade	78.982,59	64.208,65	14.773,94	23,01%
Combustíveis	189.039,77	120.550,90	68.488,87	56,81%
Deslocações e Estadas	886,30	1.915,62	-1.029,32	-53,73%
Comunicação	9.966,63	9.257,79	708,84	7,66%
Despesas de Representação	607,99	794,00	-186,01	-23,43%
Outros	97.786,13	81.953,41	15.832,72	19,32%
TOTAL FSE	859.774,81	722.776,34	136.998,47	18,95%
Gastos Com Pessoal	1.642.193,08	1.518.757,46	123.435,62	8,13%
Depreciações e Amortizações	225.450,83	224.967,36	483,47	0,21%
Outros Gastos e Perdas	22.584,98	14.875,21	7.709,77	51,83%
Juros	29.097,69	31.902,30	-2.804,61	-8,79%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	180,00	180,00		
Total dos Gastos e Perdas Financ.	29.277,69	32.082,30	-2.804,61	-8,74%
Total dos Gastos e Perdas	2.938.600,13	2.666.622,49	271.977,64	10,20%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2021 a 2.737.158,84€ (2.599.604,46€ em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	847.221,53	793.418,80	53.802,73	6,78%
Subsídios à exploração	1.889.937,31	1.806.185,66	83.751,65	4,64%
Ganhos por aumentos de justo valor	821,42	194,09	627,33	323,22%
Outros rendimentos	255.302,83	275.731,43	-20.428,60	-7,41%
Total dos Rendimentos	2.993.283,09	2.875.529,98	117.753,11	4,10%



Handwritten signature: Paulo Barroso

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	90.421,73	19.310,42	71.111,31	368,25%
Equipamento Básico	27.645,30	39.444,28	-11.798,98	-29,91%
Equipamento de Transporte		23.300,00	-23.300,00	-100,00%
Equipamento Administrativo	5.260,12	2.437,30	2.822,82	115,82%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	22.878,37	6.077,64	16.800,73	276,44%
AFT em curso	30.984,84		30.984,84	
Total	177.190,36	90.569,64	86.620,72	95,64%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59.629,30	59.629,30		
Edifícios	6.952.629,15	6.862.207,42	90.421,73	1,32%
Equipamento Básico	786.066,60	758.421,30	27.645,30	3,65%
Equipamento de Transporte	186.021,32	186.021,32		
Equipamento Administrativo	124.613,45	119.353,33	5.260,12	4,41%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	204.915,74	182.037,37	22.878,37	12,57%
AFT em curso	33.716,59	2.731,75	30.984,84	1134,25%
Total	8.347.592,15	8.170.401,79	177.190,36	2,17%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 204.392,70€ (267.529,18€ em 2020).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.687.470,50€ (1.758.246,06€ em 2020).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Apesar do atual cenário de incerteza sobre a evolução da pandemia de Covid-19 em Portugal e no resto do mundo, é convicção da Mesa Administrativa que os efeitos negativos desta situação, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.



12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 54.682,96€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 11 de março de 2022

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures]
Paulo Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido Positivo** de 54.682,96 €, nas contas de 2021, seja transferido para Resultados Transitados.

Montalegre, 17 de março de 2022

O Provedor

Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário

Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro

António Dias Henriques

O Vogal

Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Atividades, Conta de Gerência de 2021 e Relatório de Gestão e Aplicação de Resultados

Aos dezassete dias do mês de março de 2022 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas de 2021 e de se pronunciar sobre a Aplicação de Resultados, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31.º do Compromisso, e para emitir o seu **PARECER** solicitado pela Mesa Administrativa.

1. Foi objeto de análise o **Relatório de Atividades 2021** das várias valências e setores apresentado pela Mesa Administrativa considerando-se haver um trabalho positivo de toda a estrutura, apesar das dificuldades da pandemia e da situação difícil, criada pelos preços da energia, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.
2. Sobre a **Conta de Gerência e Relatório de Gestão**, e tendo em conta o orçamento inicial e o retificativo, oportunamente aprovados, pode constatar-se que a execução orçamental, receita e despesa comportou-se conforme previsto nos documentos previsionais, com exceção dos preços dos combustíveis (gás aquecimento).

Na sequência de informação prestada pela Mesa Administrativa, e através dos documentos elaborados pelo gabinete de contabilidade, efetuou-se uma análise à Conta de Gerência, bem como à evolução e comportamento das receitas e despesas da exploração e verifica-se a regular liquidação de 18.000,00 € mês, por parte da Câmara, referente ao acordo para a obra da UCC.

Devemos salientar ainda:

- a. Apuramento de 225.450,83 € de depreciações e amortizações;
- b. Diminuição do **Passivo** dívida da UCC, fixando-se assim em 1.205.344,45 €.
- c. O Resultado Líquido Positivo, apesar da pandemia e subida dos preços da energia.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

O Comportamento das contas revela, no geral, um bom desempenho financeiro, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.

3. A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido** de 54.682,96 € seja transferido para **Resultados Transitados**.

A proposta de **Aplicação de Resultados** positivos merece também **PARECER FAVORÁVEL**.

PARECER:

Face ao exposto é emitido **PARECER FAVORÁVEL** e recomendamos aos Irmãos:

1. Que aprovem o **Relatório de Atividades de 2021**.
2. Que aprovem o **Conta de Gerência 2021 e Relatório de Gestão**.
3. **Aplicação de Resultados** – Que o **Resultado Líquido** positivo de 54.682,96 € seja transferido para **Resultados Transitados**, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Montalegre, 17 de março 2022

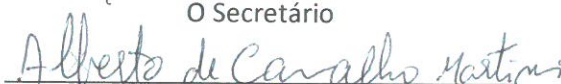
O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS

Exmos. Irmãos,

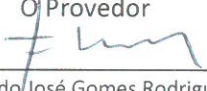
Aqui fica o resumo das contas e da nossa atividade no último ano, que exigiu muito trabalho e muita dedicação, num ano que ninguém imaginava tão difícil. Tínhamos a pandemia e juntou-se o drama do preço da energia que nos vai degradar as contas nos próximos meses.

Mesmo assim, conseguimos um desempenho financeiro aceitável mas continuamos com dificuldades para fazer frente aos aumentos salariais desejáveis, e sobretudo à necessária renovação dos edifícios e equipamentos, que já têm 40 anos de vida.

Agradecemos à Câmara Municipal que assume o pagamento do empréstimo para a obra da UCC, salientando que isso se traduz nos serviços sociais e de saúde, mas também na criação de 44 postos de trabalho em Montalegre

Montalegre, 17 de março de 2022

O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

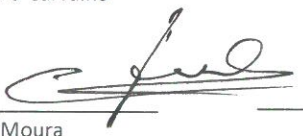
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

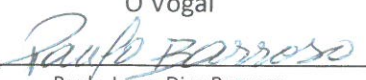
O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

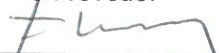
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2021

MESA ADMINISTRATIVA

O presente **Relatório de Atividades de 2021** foi apresentado, discutido e aprovado por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 17 de março de 2022.

Montalegre, março de 2022

O Provedor



Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



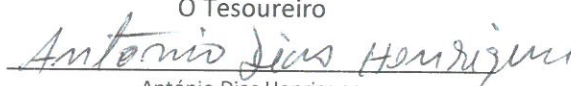
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário



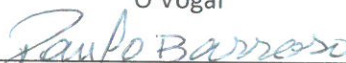
Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal

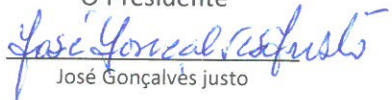


Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

O presente **Relatório de Atividades de 2021** foi apresentado, discutido e aprovado em reunião da Assembleia Geral de 31 de março de 2022

O Presidente



José Gonçalves Justo

O Vice-presidente



Paulo Jorge Dias Barroso

A Secretária



Maria Leonor Rodrigues